

Guilherme Kronenberg Hartmann

COMPETÊNCIA NO PROCESSO CIVIL

**Da teoria tradicional
à gestão judicial da
competência adequada**

2021

 **EDITORA**
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

H333c Hartmann, Guilherme Kronenberg.

Competência no Processo Civil: da Teoria Tradicional à Gestão Judicial da Competência Adquida / Guilherme Kronenberg Hartmann – Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

272 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5680-219-0

1. Competência. 2. Direito Processual Civil. I. Hartmann, Guilherme Kronenberg. II. Título.

1188076

CDD 341.418

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
--------------------------------------	----

Capítulo 1

COMPETÊNCIA JURISDICIONAL: TEORIA GERAL CONTEXTUALIZADA AO CPC/2015.....	21
1.1. Conceito e delimitações.....	21
1.2. Natureza jurídica.....	22
1.3. Diretrizes normativas e a visão tradicional de rigidez formal	24
1.3.1. Garantia constitucional do juiz natural.....	24
1.3.2. Tipicidade e indisponibilidade	28
1.3.2.1. Competência implícita.....	30
1.3.3. Perpetuação da competência	33
1.4. Concretização da jurisdição.....	35
1.5. Limites da jurisdição nacional	37
1.6. Competência interna	40
1.6.1. Critérios de determinação de competência	41
1.6.2. Regras de competência de natureza absoluta ou relativa.....	44
1.6.3. Modificação da competência	47
1.6.3.1. Foro de eleição.....	48
1.6.3.2. Foro internacional de eleição	50
1.6.3.3. Inércia do réu quanto à arguição da incompetência.....	52
1.6.3.4. Conexão.....	53
1.6.3.5. Continência	58
1.6.4. Prevenção	60
1.6.4.1. Determinação do juízo preventivo: momento processual.....	63
1.6.4.2. Determinação do juízo preventivo: relação com a litispendência	64
1.6.5. Incompetência: efeito processual.....	66

1.6.6.	Validade e eficácia dos atos processuais praticados por juízo incompetente (<i>translatio iudicii</i>)	67
1.6.7.	Controle da competência	70
1.6.7.1.	Regra Kompetenz-Kompetenz e a cognição de ofício da incompetência	71
1.6.7.2.	Arguição da incompetência pelas partes	73
1.6.7.3.	Arguição da incompetência por terceiro interveniente	76
1.6.7.4.	Arguição da incompetência pelo Ministério Público	77
1.6.7.5.	Impugnação da decisão sobre competência	78
1.6.7.6.	Conflito de competência	85
1.6.7.7.	Outros mecanismos que servem ao controle da competência	91
1.6.7.7.1.	Reclamação para preservação de competência do tribunal	92
1.6.7.7.2.	Instrumentos de uniformização da jurisprudência sobre competência	95
1.6.8.	Cooperação judiciária nacional	98
1.7.	Síntese do capítulo	101

Capítulo 2

CONCORRÊNCIA E ALTERNATIVIDADE ENTRE COMPETÊNCIAS		105
2.1.	Concorrência de regras e alternatividade de definição	105
2.2.	Breve panorama da concorrência e alternatividade entre jurisdições	106
2.2.1.	Jurisdição internacional concorrente e a identidade de demandas nacional e estrangeira	108
2.2.2.	Jurisdição internacional concorrente e a coisa julgada estrangeira	110
2.3.	Concorrência e alternatividade entre competências	112
2.4.	Concorrência e alternatividade e os negócios jurídicos processuais	114
2.5.	<i>Forum shopping</i> : aproximação conceitual	115
2.5.1.	Delimitações do fenômeno na esfera internacional e interna	117
2.5.2.	<i>Forum shopping</i> e o regramento concorrente de competência	119
2.5.3.	Boa-fé processual	121
2.5.4.	Noções gerais sobre abuso do direito processual	124
2.5.5.	Manipulação da regra de competência para atingir objetivo processual ilegítimo: abuso no direito de demandar	126
2.6.	Outras repercussões de concorrência entre competências	128
2.6.1.	Sobreposição de critérios de determinação de competência	128
2.6.2.	Definição da regra de competência a partir da escolha procedimental	130
2.7.	Síntese do capítulo	131

Capítulo 3

CONTROLE DA COMPETÊNCIA ADEQUADA.....	133
3.1. Acepções sobre competência adequada e seu enquadramento como diretriz principiológica	133
3.2. Gerenciamento do controle	136
3.3. <i>Forum non conveniens</i>	138
3.3.1. Sistemas jurídicos do <i>common law</i> e do <i>civil law</i> e as doutrinas do <i>forum non conveniens</i> e da <i>lis alibi pendens</i>	140
3.3.2. Temperamento do <i>forum shopping</i> abusivo.....	142
3.4. Premissas para o controle da competência adequada.....	143
3.4.1. Releitura da inflexibilidade do juiz natural.....	143
3.4.2. Instrumentalidade e adaptação processual.....	146
3.4.3. Exame das capacidades institucionais.....	148
3.5. Critérios redutores da discricionariedade judicial na definição da competência adequada	153
3.5.1. Facilitação do acesso à justiça e do exercício do direito de defesa	154
3.5.2. Eficiência jurisdicional.....	157
3.5.2.1. Eficiência qualitativa	160
3.5.2.2. Eficiência quantitativa.....	163
3.6. Síntese do capítulo	165

Capítulo 4

POTENCIALIDADES DE CONTROLE DA COMPETÊNCIA ADEQUADA NO PROCESSO CIVIL.....	167
4.1. Competência adequada pensada como um <i>critério integrativo ou interpretativo</i> : averiguação de problemas decorrentes dos casos de insuficiência normativa e da dificuldade de interpretação sistemática	167
4.1.1. Lacunas normativas e a competência implícita adequada	168
4.1.2. Convivência e sobreposição entre critérios de determinação de competência.....	173
4.1.2.1. Valor da causa	176
4.1.2.2. Matéria.....	177
4.1.2.3. Pessoa.....	178
4.1.2.4. Território.....	180
4.1.2.5. Função.....	181
4.1.3. Indeterminação de conceito jurídico definidor da competência	185
4.1.3.1. Ações “pessoais” imobiliárias e o foro da situação da coisa.....	187

4.1.3.2.	Foro do “principal estabelecimento” da sociedade empresária no direito falimentar e recuperacional	189
4.1.3.3.	Foro do “local do dano” de “âmbito nacional ou regional” nas ações coletivas.....	192
4.1.3.4.	“Interesse público” na assunção de competência.....	196
4.1.4.	Alteração da competência absoluta como exceção à <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	198
4.1.5.	Modificação da competência: conveniência da reunião de demandas conexas ou continentes no juízo prevento.....	201
4.1.5.1.	Fator “harmonia decisória”	203
4.1.5.2.	Fator “economia processual”	206
4.1.6.	Conveniência da reunião de demandas <i>sem vínculo</i> de conexão ou continência no juízo prevento	207
4.1.7.	Versatilidade dos métodos de cooperação judiciária na modificação legal da competência.....	209
4.1.8.	Outras questões sobre conexão/continência e prevenção.....	213
4.1.8.1.	Prevenção na continência.....	213
4.1.8.2.	Prevenção oriunda da competência por conexão/continência versus competência absoluta (e a solução pela suspensão do processo).....	214
4.1.8.3.	Concorrência entre normas de modificação de competência	216
4.1.8.4.	Conexão entre ação de execução de título extrajudicial e ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico	217
4.1.8.5.	Conexão entre ações coletivas e o enfoque dos “beneficiários” da decisão.....	219
4.2.	Competência adequada pensada como um <i>método aplicativo</i> : averiguação de problemas decorrentes do <i>forum shopping</i> abusivo.....	221
4.2.1.	Disponibilidade do critério territorial.....	222
4.2.1.1.	Abusividade do foro de eleição	222
4.2.1.2.	Foro de eleição e o processo de execução	226
4.2.1.3.	Abdicação do foro especial por aquele a quem a regra aproveita....	228
4.2.2.	Disponibilidade (excepcional) do critério funcional executivo	232
4.2.2.1.	“Cumprimento da sentença” em juízo diverso daquele que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.....	233
4.2.2.2.	Cumprimento individual de decisão coletiva genérica em juízo diverso daquele que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição	236
4.2.3.	Disponibilidade do procedimento: ensaio sobre as implicações no regramento de competência (<i>forum shopping</i> indireto).....	239
4.2.3.1.	Opção entre juizados especiais cíveis estaduais e justiça comum....	241
4.2.3.2.	Opção entre juizados especiais cíveis federais e justiça comum federal (análise do art. 20, Lei nº 10.259/2001)	246

4.2.3.3. Competência quanto ao valor da causa e a cumulação de ações...	248
4.2.3.4. Opção entre mandado de segurança e ação de rito comum	250
4.2.3.5. Prevenção versus opção procedimental	255
4.3. Síntese do capítulo	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	261